

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



HISTÓRIA E VERDADE(S)

VOLUME 23, 2002

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A RECRISTIANIZAÇÃO DA POLÍTICA: PACTOS E TRAMAS ENTRE O ESTADO E A IGREJA NO BRASIL (1937-1945)0

Estado e Igreja no Brasil: a construção do pacto

A implantação do Estado Novo no Brasil, em 1937, é o início de uma ditadura que começou a ser tecida desde a Revolução de 1930, pela qual Getúlio Vargas assume o poder. Assim, o interregno de 1930 à 1937 vai preparando o palco para o desfecho autoritário, que dar-se-ia com o golpe de 10 de novembro de 1937. Entre os fatores que contribuíram para sucesso e legitimação do novo regime, destaca-se as relações de pacto entre o Estado e a Igreja católica, quando esta última passa a compartilhar o poder político junto ao Estado, ao que ela chama de "colaboração recíproca"⁽²⁾. A legitimação do Estado Novo dependia da solução dos problemas junto ao operariado que lutava por melhores condições de vida, e era apoiado pelas "esquerdas",

* Departamento de Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal Rural de Pernambuco e PPG-História da Universidade Federal de Pernambuco (Brasil).

0) Conferência realizada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 15-02-2002, durante a realização de estágio Pós-doutoral (2001-2002) sob a orientação do Prof. Dr. Luís Reis Torgal. Este texto é uma versão modificada de parte do meu trabalho *A construção da verdade autoritária, (1937-1945)*, São Paulo, USP/Humanistas, 2001.

⁽²⁾ Esta é uma expressão que emerge de toda a produção do discurso da Igreja católica, após 1934.

nomeadamente os comunistas e os anarquistas. Em novembro de 1935 os comunistas pegam nas armas, com a chamada "intentiona comunista", onde cidades brasileiras como Recife e Natal, no Nordeste, e Rio de Janeiro, no Sudeste, vão às ruas num momento de intensa história cruenta do Brasil, em contraponto a uma história oficial que ajuda a construir a imagem de um Brasil incruento em sua trajetória histórica, explicado pelo mito do homem cordial e pacífico.

O Estado tinha para si a incumbência de resolver o problema do operariado, o qual torna-se a "menina dos olhos" de Getúlio Vargas. Os comunistas são eleitos como o inimigo objetivo do Estado, usando uma expressão de H. Arendt⁽³⁾, e para destruir este inimigo, a Igreja oferecia ao Estado o seu discurso catequético, o qual apontava os comunistas como inimigos da religião, da família e da pátria. Estava montado o tripé - Deus, Pátria e Família - que daria o fio condutor à produção de discursos⁽⁴⁾ da Igreja, utilizado não somente nos anos 30 e 40, como também, na segunda ditadura brasileira, em 1964.

O apoio do discurso profético da Igreja, somado à criação de uma polícia política, a Delegacia de Ordem Política e Social-DOPS⁽⁵⁾, atuando como o braço longo do Estado, cerceando e construindo um ambiente onde a suspeição e a denúncia inferem medo na população, vão se constituir em pontos de sustentação do regime estadonovista no Brasil.

Ação e Piedade: a religião sai das sacristias e dos conventos

Para se estudar as relações entre o Estado e Igreja no Brasil, no Estado Novo, torna-se necessário uma digressão no tempo, uma volta nos anos 20, para entendermos a magnitude do pacto efetuado entre os dois poderes, o temporal e o sagrado.

(3) H. Arendt, *As Origens do Totalitarismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

(4) Eni Orlandi, *As formas do Discurso*, SP, Pontes, 1999.

(5) **Acerca da DOPS no Brasil, temos trabalhado a atuação e construção da imagem do indivíduo sob suspeita no Brasil, por esta Delegacia, coordenando desde 1998 a pesquisa DOPS: Imagens Censuradas 1930-1985, que tem o apoio da FACEPE/CNPq. Já concluímos o período de 1933-1945, entramos agora na segunda fase 1945-1985.**

Os anos 20 no Brasil representam a possibilidade da Igreja recuperar o seu raio de influencia junto ao poder político, perdido com a laicização do Estado, que emerge com a Constituição republicana, no fim do século XIX⁽⁶⁾. Recém-egresso da Europa, o cardeal D. Sebastião Leme, vai desempenhar o papel de articulador desta aproximação entre o Estado e a Igreja. D. Leme pensava em algo bem concreto, que se materializava através da formação de um grupo coeso, uma elite que fosse os "olhos" e os "ouvidos" da Igreja. Esta possibilidade apresentou-se na década de 20, através da conversão de Jackson de Figueiredo que empreendeu uma verdadeira revitalização do catolicismo no Brasil, através da formação de um grupo de intelectuais fiéis aos preceitos romanos, e que se tornariam, nos anos 30, fiéis escudeiros na luta contra o Estado laico⁽⁷⁾.

A estratégia usada para a recristianização do Brasil por Jackson de Figueiredo, tinha sua base na criação de pólos de disseminação do catolicismo por toda a nação. Nesta linha, em 1922, foi criado o *Centro D. Vital* no Rio de Janeiro, que se espalha por todo o Brasil. Fundou-se a revista *A Ordem*, tendo início assim o processo de recatolização do Estado, através do doutrinação da elite laica católica.

Sob a égide de um catolicismo conservador, apresentado como barreira às doutrinas "exóticas", estrangeiras, Jackson de Figueiredo doutrinou essa elite, com o objetivo de organizar uma verdadeira Cruzada Santa contra o laicismo. Contava com o total apoio do Cardeal D. Sebastião Leme - maior mentor deste trabalho catequético - que vislumbra no jovem a possibilidade de vir a ser seu veículo junto à sociedade civil, cooptando um segmento social, que aceitasse se colocar sob a fidelidade e obediência aos dogmas romanos. A estratégia de D. Sebastião Leme consistia na ingerência deste laicato católico junto ao palco do poder político, com o objetivo claro de ter acesso aos cargos políticos decisórios. Esses intelectuais católicos deveriam fazer frente às teorias liberais e anti-clericais abrindo espaço para a

⁽⁶⁾ Oscar Mendes, "O Liberalismo no Brasil sob o ponto de vista católico", *A Ordem*, 1932, pp. 31-45.

⁽⁷⁾ Acerca de Jackson de Figueiredo, ver Francisco Iglésia, *História e Ideologia*, São Paulo, Perspectiva, 1981; a Revista *A Ordem*, dedicou todo o número de novembro de 1938 ao décimo aniversário da morte de Jackson de Figueiredo -1928-1938, pp. 409-545.